

APROVADO pelo Ex.mo
Sr. Procurador-Geral do DF
em 31/03/08 e pelo
Ex.mo Sr. Governador do
DF em / /



Procuradoria-Geral do Distrito Federal
Procuradoria Administrativa

Parecer nº S9/2008 – PROCAD/PRGDF
Processos nº 0410-006403/2007 e 020.003.205/07
Interessado: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG
Assunto: Contrato de Empréstimo Internacional – Programa de Transporte Urbano do DF.

EMENTA: ADMINISTRATIVO. EMPRÉSTIMO
INTERNACIONAL. CONTRATO. BANCO
INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID.
PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO DO
DISTRITO FEDERAL.

- Apresentam-se legais as obrigações assumidas pelo Distrito Federal em decorrência da celebração do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR objetivando a implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Senhor Procurador-Chefe da Procuradoria Administrativa,

I- Relatório

Tratam os autos sobre a Concessão de Empréstimo, a juros, feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de U\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), a fim de que reste implementado o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, conhecido como “Brasília Integrada”.

Quanto à questão, essa Procuradoria Administrativa já se manifestou por três vezes, tendo sido exarados os Pareceres nº 697/2007 (fls. 136-144), 721/2007 (fls. 162- 169) e 809/2007 (fls. 97-100 do Proc. 020.003.205/07). Neste último, foi analisada a minuta do Contrato de

Folha nº	<u>248</u>
Processo nº	<u>410006403/07</u>
Relatório	<u>2</u>
Matrícula	<u>42.963-1</u>


Empréstimo em referência, cujas obrigações restaram consideradas conformes com a legislação pátria não se encontrando disposições atentatórias à soberania nacional e à ordem pública.


Percorridos, após, os necessários caminhos para a conclusão do empréstimo internacional, juntaram-se aos autos i. a (fl. 186), que "autoriza o Distrito Federal a contratar operação de crédito externo Resolução do Senado nº 46, de 2007, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares norte-americanos), de principal, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinada ao financiamento parcial do "Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada"; ii. cópia do Contrato de Vinculação de Receitas e de Cessão e Transferência de Crédito, em contragarantia, formalizado entre a União Federal e o Distrito Federal (fls. 187-190); iii. cópia de decisão do Supremo Tribunal Federal que suspende os efeitos das inscrições do DF e órgãos a ele vinculados constantes dos cadastros utilizados pela União (CAUC/CONCOV e CADIN), para o fim específico de permitir a concessão de garantia necessária à conclusão do empréstimo em tela (fls. 191-195); iv. Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN pugnando pela possibilidade de o Ministro da Fazenda autorizar a garantia ao DF (fls. 197-207); v. Despacho do Ministro da Fazenda autorizando a concessão de garantia da União para o DF (fl. 213); vi. cópia de Certidão expedida pelo Tribunal de Contas do DF certificando o cumprimento do disposto no art. 23 da LRF pelo DF tendo em conta a redução, no terceiro quadrimestre de 2007, de mais de um terço do excedente do limite de despesas com pessoal do Poder Legislativo, estabelecido no art. 20 pela LRF (fl. 210); vii. cópia do texto final do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR entre o Distrito Federal e o BID (fls. 216-241v) e; viii. cópia do Contrato de Garantia firmado entre a República Federativa do Brasil e o BID (fls. 242-245).

Assim formados, vieram os autos a esta Casa "com vistas à elaboração do parecer jurídico referente à formalização dos contratos em análise (fl. 214)".

II- Fundamentação

Conforme exposto no Relatório, a Minuta do Contrato de Empréstimo em referência já fora objeto de parecer jurídico-formal por esta Procuradoria Administrativa que, na oportunidade, asseverou:

Folha nº	249
Processo nº	410006403/01
Rubrica:	
Matrícula:	42.583-1



"Nesse cenário, pode-se afirmar que os termos contratuais encontram-se em consonância com a autorização legal constante da Lei 4.010, de 12 de setembro de 2007, que assim restou publicada:

"LEI Nº 4.010, DE 12 DE SETEMBRO DE 2007
DODF DE 13.09.2007

Autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO
SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO
DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, no valor de até US\$ 180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), destinado a financiar a implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal — Brasília Integrada.

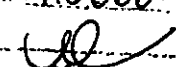
Art. 2º O Poder Executivo fica, também, autorizado a vincular, como contragarantias à garantia da União, as cotas de repartição de receitas previstas nos arts. 157, 158 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas nos arts. 155 e 156, nos termos do art. 167, §4º, todos da Constituição Federal, bem como a oferecer outras garantias em direito admitidas.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e nos planos plurianuais do Distrito Federal, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o financiamento, dotações suficientes para o pagamento das parcelas de amortização, juros e encargos acessórios, bem como para suprir os valores da contrapartida necessários à sua execução.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário."

Com efeito, depreende-se do ajuste minutado que o Distrito Federal, pela Cláusula 1.01 das Disposições Especiais, tomará empréstimo no valor de US\$ 176.775.000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares dos Estados Unidos da América), montante que se afirma enquadrar, pela equivalência de moedas (dólar americano), no limite estipulado na lei distrital

Folha nº	250
Processo nº	410006403/04
Assinatura	
Matrícula	12.762-1



autorizativa, a qual utilizou como parâmetro a moeda estrangeira em referência. Da mesma forma, verifica-se que o objeto do financiamento, implantação do Programa de Transporte Urbano do DF, coincide com o escopo do empréstimo previsto no permitido legal

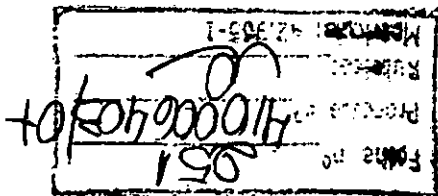
Alinda, resta evidenciada a adequação da quantia pleiteada na operação de empréstimo perante a autorização emanada pela Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX, na Resolução nº 347/07.

Isto considerado, de se verificar o enquadramento da Minuta apresentada as normas brasileiras de contratação pública, expressas na Lei 8.666/93. Nesse mister, percebe-se que, de um modo geral, o instrumento perante a companhia, no que aplicável, as regras brasileiras, principalmente o art. 55 da L.L.C., que define as cláusulas necessárias em todo contrato.

Não obstante, e tomando-se em consideração o permissivo do art. 42, §5º da Lei 8.666/93, prudente orientar o Poder Público quanto à melhor interpretação das Cláusulas 4.01 e 4.04 das Disposições Especiais, sobre Aquisição de Obras e Bens e Contratação e Seleção de Consultores. Para tanto, invoca-se o conteúdo da Ata de Negociação (anexa a este parecer) que, entre outros pontos, mencionou sobre a necessidade de o Distrito Federal aplicar, em situações específicas, algumas normas estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos brasileira, bem como de abster-se de utilizar as modalidades de licitação constantes nas Políticas do Banco, quando estas ensajarem possíveis ofensas aos princípios constitucionais pátrios.

Importante consignar que o item 4 (quatro) da Introdução das Disposições Especiais condiciona o financiamento a que a República Federativa do Brasil garanta, solidariamente, as obrigações de pagamento do serviço da dívida contratada pelo Distrito Federal, o que, desarte, há que ser providenciado.

No que tange as disposições contratuais referentes ao desenvolvimento, execução e avaliação do Projeto, a forma de desembolso e aplicação do empréstimo, aos juros, comissões e condições de pagamentos, tem-se que são elas obrigações acertadas no âmbito do consenso entre as partes, diante de opções discricionárias. Desarte, não é da competência desta Casa Judicial adentrar em considerações sobre seu acerto, sua pertinência e conveniência, malária adstrita à seara administrativa."



Comparando-se o texto da Minuta já avaliada com aquele constante do Termo de Contrato final, verifica-se que não houve alterações substanciais capazes de modificar a conclusão anteriormente exposta por esta Casa, não se antevendo no Instrumento de Contrato firmado nenhuma ilegalidade em relação às obrigações assumidas pelo Distrito Federal.

Por outro lado, percebem-se sanadas as pendências ali levantadas, quais sejam, a ausência da autorização específica do Senado Federal (art. 32, §1º, IV da LRF) – ver documento de fl. 186, Resolução nº 46, de 2007 – e da autorização do Ministério da Fazenda para que a União garantisse o Distrito Federal na operação de empréstimo (fl. 213).

Desse modo, uma vez que mantidas as condições da Minuta outrora analisada, cabe-nos, aqui, apenas ratificar a legalidade dos termos contratuais em questão.

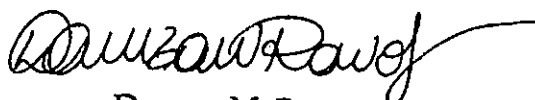
No que se refere ao Contrato de Garantia correlato, por figurarem como partes entes que não o Distrito Federal, falece a esta procuradora competência para manifestar-se sobre sua regularidade.

III- Conclusão

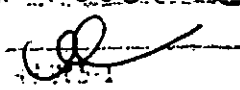
Isto posto, as obrigações assumidas pelo Distrito Federal no Contrato de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento nº 1957/OC-BR apresentam-se regulares, não configurando nenhuma ofensa à soberania nacional.

À consideração superior.

Brasília, 24 de março de 2008.



Danuza M. Ramos
Procuradora do Distrito Federal

Folha nº	252
Processo nº	440006403/04
Assinatura	
Ministério	Procuradoria



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA ADMINISTRATIVA



Processo nº: 410.006.403/2007 020.003.205/2007
Interessada: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
Assunto: Contrato de Empréstimo Internacional

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral,

A matéria tratada neste processo diz respeito à concessão de empréstimos feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BIRD, a fim de que seja implementado o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal.

Nesta Procuradoria especializada foram emitidos os Pareceres nº 697/2007, 721/2007, e 809/2007, - PROCAD/PGDF, todos aprovados por esse Gabinete.

Todavia, retornam os autos a esta Casa, para parecer jurídico referente à formalização do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, bem como do respectivo contrato de Garantia.

A i. Procuradora do Distrito Federal, novamente designada a se manifestar, Dra. Danuza M. Ramos assinalou que a minuta do contrato de empréstimo em comento

253
Folha nº 253
Processo nº 410006403/04
Rubrica: [assinatura]
Matrícula: 42005-1

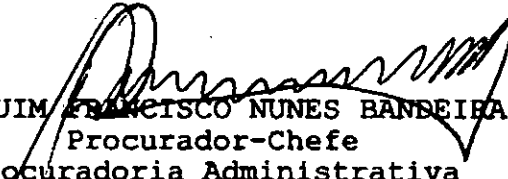
já fora devidamente analisada, quando da prolação do Parecer nº 809/2007-PROCAD/PGDF, em cujos termos concluiu-se pela possibilidade da celebração do referido ajuste, ponderando-se, na ocasião, pela necessidade de se obter a autorização específica do Senado Federal, nos termos do art. 32, §1º, inciso IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

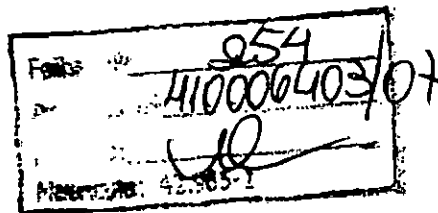
Nesse sentido, comparando o texto da minuta avaliada com o termo de contrato final, a i. parecerista aduziu que não houve alterações substanciais capazes de modificar a conclusão outrora sufragada.

Além disso, observa-se nos autos a autorização específica do Senado Federal, bem como da autorização do Ministério da Fazenda para que a União garantisse o Distrito Federal na operação do empréstimo.

Assim sendo, aprovo o Parecer nº 159/2008-PROCAD/PGDF, submetendo-o à superior consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 25 de março de 2008.


JOAQUIM FRANCISCO NUNES BANDEIRA
Procurador-Chefe
Procuradoria Administrativa





DISTRITO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL



PROCESSO Nº: 410.006.403/2007

INTERESSADO: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal

ASSUNTO: Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR e o respectivo Contrato de Garantia

Folha nº	255
P. nº	410.006.403/07
Assinatura	Telma
Matr.	93.182-5

A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Distrito Federal solicita-nos análise do Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR, firmado entre o Distrito Federal e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, e do respectivo Contrato de Garantia, firmado entre a UNIÃO e o BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID, que visam à implantação do Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada.


Em seu opinativo, que contou com o endosso do Chefe da Procuradoria Administrativa – PROCAD, a il. Procuradora **DANUZA M. RAMOS** concluiu pela regularidade das cláusulas presentes no Contrato de Empréstimo nº 1957/OC-BR. Em relação ao Contrato de Garantia, destacou que o Distrito Federal não participou da avença, razão por que esta Procuradoria-Geral não possui competência para se manifestar sobre o ajuste.

MA

LZAA

Posto isso, **APROVO O PARECER Nº 0159/2008** –
PROCAD/PGDF, de lavra da il. Procuradora **DANUZA M. RAMOS**, e
determino a restituição dos autos à Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão do Distrito Federal, para conhecimento e
providências.

Em 31/03/08


MARCOS SOUSA E SILVA
Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal

Folha nº	256
Processo nº	410.006.403/07
Rubrica	Telma
Matr. 43.182-6	